

# Apresentação do Dossiê

## **Leandro José Clemente Gonçalves**

Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Votuporanga. Doutor em História pela UNESP-Franca.

O presente dossiê, referente ao sesquicentenário do final da Guerra da Tríplice Aliança, é de suma importância por trazer à tona reflexões inovadoras acerca daquele conflito numa tão importante efeméride. As preocupações centrais aqui foram preservar o rigor científico e a diversidade historiográfica. Para tanto, este dossiê conta com a presença de historiadores(as) independentes ou ligados às mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e no exterior, e juristas, tratando de temas os mais variados, como tática, estratégia, logística, direito internacional, antropologia, historiografia, tecnologia (naval e terrestre, civil ou de emprego mais propriamente militar).

Os dois primeiros artigos tratam do mesmo tema (o combate do Passo Guarayo, ou expedição de Manduvirá-Yhagui), de Aldeir Faxina, pesquisador autônomo dedicado ao estudo da Guerra da Tríplice Aliança, e Luis Fernando Furlan, professor do Liceo Naval Militar “Almirante Guillermo Brown” e da Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES), nos mostram como um mesmo episódio, revelador da coragem extrema e da engenhosidade de paraguaios e brasileiros, pode receber tratamentos diversos por diferentes pesquisadores. O artigo seguinte, compondo, aproximadamente, um bloco com os dois anteriores, por focar também em questões de ordem mais relativa ao combate naval/fluvial, escrito a quatro mãos pelos historiadores Eduardo Nakayama e Jaime Grau Paolini, nos apresenta as últimas operações da Marinha paraguaia na guerra a partir da recuperação do *Paraguari*, nave adaptada pela Marinha paraguaia para o conflito de 1864-1870, presente na célebre Batalha do Riachuelo, na qual foi danificada, sendo posteriormente recuperada pelos paraguaios e recolocada em serviço até 1869, quando foi finalmente afundada para que não caísse em mãos brasileiras. Um artigo especialmente interessante por nos revelar como as

autoridades políticas contemporâneas podem ser descuidadas e/ou desinteressadas com a sorte ou a preservação do patrimônio histórico.

Constituindo um segundo bloco, temos uma sequência de brilhantes artigos que tratam de questões como as tensões próprias ocasionadas pela presença de Forças brasileiras de ocupação em território paraguaio no pós-guerra e o preparo dos festejos pelo final da guerra no artigo “A Guerra que “Não Acabou”: as tensões para a manutenção das tropas imperiais em Assunção (1869-1871)”, de Fábio da Silva Pereira, Florence Alencar Moreira e Gustavo de Freitas Araújo; a simbologia e as comemorações do conflito ao final deste; bem como o esforço em prol do esquecimento de determinados fatos e situações consideradas desconfortáveis pelo Império no artigo, também escrito a seis mãos, “Símbolos de memória: desfiles, festas e comemorações no retorno das tropas”, de Ana Beatriz Ramos de Souza, Marcelo Vieira de Souza Filho e Maristela da Silva Ferreira. No artigo “De General Câmara a Visconde de Pelotas: um Militar na Política após a Guerra do Paraguai”, o Professor André Fertig, da UFSM, apresenta ao público uma discussão sobre a participação de ex-comandantes militares brasileiros na política imperial do pós-guerra, revelando o envolvimento destes na ordem patrimonialista e com a prática do apadrinhamento político, a partir do estudo de vasta correspondência (impressionantes 299 cartas!) do General José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas. Na sequência, o professor da UFRRJ, Francisco José Corrêa-Martins, reconstitui, em “O Fim, o Início e o Meio: o Apresamento do *Marquês de Olinda* e o Cativo dos Primeiros Prisioneiros de Guerra Brasileiros a Partir das Memórias dos Sobreviventes”, a desesperada luta dos prisioneiros de guerra brasileiros pela sobrevivência, a partir da análise das pouco conhecidas memórias dos remanescentes do Navio *Marquês de Olinda*, apresado pela Armada paraguaia no início das hostilidades, em 1864. O professor Braz Batista Vas, da UFTO, em “O Brasil e o fim da Guerra do Paraguai: apontamentos sobre operações militares e diplomacia”, reconstitui episódios relativos às tratativas diplomáticas para o encerramento do conflito, ainda durante o comando militar do Conde D’Eu (1869-1870). Por fim, mas não menos importante ou interessante, e ligando-se ao artigo anterior, a pesquisadora Bárbara Dias Barbosa, em “O Direito Internacional na Guerra da Tríplice Aliança: os Tratados que Selaram a Paz”, mostra as tratativas diplomáticas e jurídicas que levaram ao desenho geopolítico do atual Prata, desde os acordos resultantes da intervenção de 1851 no Uruguai, passando, em sequência, pelo Tratado da Tríplice Aliança e seu descumprimento pelo Império, que selou uma paz em separado de seus aliados, Argentina e Uruguai, com o Paraguai, chegando até o traço final sobre as fronteiras entre Paraguai e Argentina, em 1876, mostrando que a diplomacia, fazendo uso do Direito Internacional, foi a grande responsável pela formatação do atual Cone Sul nos momentos finais da guerra e nos anos seguintes ao conflito.

Cumpre, por fim, agradecer imensamente aos autores e autoras dos artigos aqui presentes por compartilharem com o público leitor e outros tantos pesquisadores suas pesquisas e aos esforços da equipe de oficiais, praças e pesquisadores da DPHDM, especialmente à equipe organizadora da Revista NAVIGATOR na figura de seu editor, o Capitão-Tenente e Doutor em História Sérgio Oliveira Filho, para que este dossiê se tornasse um fato concreto. Sem seu trabalho dedicado e atento nada disso seria possível!